



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. DR. FREDERICO)

Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre a retomada de importação de energia elétrica da Venezuela e temas correlatos.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, no sentido de esclarecer esta Casa quanto a retomada de importação de energia elétrica da Venezuela.

Desde o ano de 2023 (quando foi anunciado por meio do Decreto nº 11.629, de 2023, que o Brasil iria retomar a importação de energia elétrica Venezuela¹, inclusive utilizando subsídios pagos pelos consumidores brasileiros²), este Parlamento tem acompanhado e fiscalizado a importação pelo Brasil de energia elétrica da Venezuela, inclusive este Deputado Federal mediante o RIC nº 3248, de 2023³.

Assim, com o objetivo de orientar a requisição de informações ora formulada, e em complementação às informações fornecidas quando da resposta ao RIC nº 3248, de 2023 (Ofício nº 79/2024/MG-MME), solicito que sejam respondidas as perguntas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o senhor Ministro reconhecer como relevantes para o caso:

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/alexandre-silveira-avanca-em-tratativas-para-importar-energia-limpa-e-renovavel-da-venezuela-para-roraima-no-norte-do-brasil>. Acessado em: 29 mar.2024.

² Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2023/importacao-de-energia-eletrica-da-venezuela-e-enquadrada-na-sub-rogacao-dos-beneficios-da-ccc>. Acessado em: 29 mar.2024.

³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2416278>. Acessado em: 29 mar.2024.





1. A partir da retomada da importação de energia da Venezuela, em 2023, quais empresas praticam o intercâmbio de energia com a Venezuela?
2. Quais os dados dos contratos das respectivas empresas, em especial a forma de contratação (licitação ou dispensa), tempo do contrato, capacidade instantânea (MW), volume de energia (MWh ou MWméd), valor unitário da energia contratado e valor global do contrato, com cada uma das empresas? Fornecer cópia dos respectivos contratos, que comprovem as informações.
3. Em relação aos valores de energia comercializados, como se deu a formação dos respectivos preços? Houve disputa concorrencial? Houve transparência? Os preços estão aderentes aos preços da geração de mesma fonte no Brasil (hidrelétrica)?
 - 3.1 Por que os preços a serem pagos pelos brasileiros serão muito mais elevados do que os pagos pelos próprios venezuelanos? Por que os preços serão mais caros do que aos da usina termelétrica mais barata e que fornece a maior parte da energia em Roraima (UTE Jaguatirica II)?
 - 3.2 Estes preços estão em conformidade com parâmetros internacionais? Estes preços estão aderentes com os da energia importada de outros países, como Argentina e Uruguai? Onde se encontram publicamente disponíveis os documentos e memoriais de cálculos quem embasaram tecnicamente as tomadas de decisão, para acesso desta Casa e da população em geral?
4. Houve interrupções ou fornecimento em quantidade inferior ao contratado por parte das empresas importadoras ou da Venezuela desde 2023? Em caso positivo, informe os períodos, os motivos e se foram aplicadas sanções contratuais às empresas responsáveis, detalhando as medidas tomadas.
5. Por que o Operador Nacional do Sistema (ONS) não tem disponibilizado publicamente relatórios técnicos em seu site, sobre os resultados dos testes e da operação do sistema, bem como sobre os diversos problemas de fornecimento, importação a menor e apagões que tem ocorrido em Roraima, desde a retomada da importação de energia da Venezuela? Por que o operador “não se manifesta”





sobre o assunto quando inquirido pela imprensa⁴, a qual exerce papel fundamental no controle social?

6. O que o Ministério e a ANEEL têm feito para fiscalizar e corrigir esse comportamento inadequado, de baixa transparência, por parte do operador? O operador já foi autuado para prestar os devidos esclarecimentos ou penalizado por estas condutas? Favor esclarecer, inclusive fornecendo cópias de documentos.
7. Como haverá a operação segura da importação da energia, visto a falta de segurança energética e elétrica da própria Venezuela, que há mais de 10 anos só se agrava⁵?
8. O Comitê de Monitoramento de Setor Elétrico (CMSE) tem atuado (se sim, como) no monitoramento, na fiscalização, nos períodos de interrupção ou de fornecimento a menor energia importada da Venezuela? Há indicadores de desempenho e eficiência estabelecidos? Quais são e quais os seus valores? Onde encontra-los, disponíveis publicamente e de forma transparente?
9. Como o Ministério de Minas e Energia tem monitorado e avaliado a atuação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) acerca dessa importação de energia elétrica?
10. A partir de 2023, valores da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) já foram usados para custear a importação de energia elétrica da Venezuela? Em quais parâmetros? Quais os valores? O que tem sido realizado para minimizar a realização desses valores?

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/money/brasil-inicia-importacao-de-energia-da-venezuela-2/>. Acessado em: 29 mar. 2024.

⁵ Disponível em: <https://transparenciave.org/project/crisis-electrica-en-venezuela-no-es-el-nino-es-la-corrupcion/>. Acessado em: 31 mar. 2025

Disponível em: <https://www.correodelcaroni.com/pais-politico/venezuela-tiene-15-anos-de-crisis-electrica-sinsolucion/>. Acessado em: 31 mar. 2025.

Disponível em: <https://www.dw.com/es/la-profunda-crisis-del-sistema-el%C3%A9ctrico-de-venezuela/a-63095283>. Acessado em: 31 mar. 2025.

Disponível em: <https://eldiario.com/2025/03/07/venezolanos-crisis-electrica-servicio-electrico/>. Acessado em: 31 mar. 2025.

Disponível em: <https://www.infobae.com/venezuela/2024/08/30/apagon-en-venezuela-al-menos-20-de-los-24-estados-del-pais-sufren-cortes-del-servicio-electrico-y-de-la-conexion-a-internet/>. Acessado em: 31 mar. 2025.





- 10.1 A ANEEL fiscalizou e auditou as quantidades e os preços máximos de energia que poderiam ser repassados (sub-rogados), para não haver abusos na definição dos “valores investidos”, da mesma forma que atua com os empreendimentos de geração brasileiro? A ANEEL também aceitaria sub-rogar o fornecimento de energia de um empreendimento hidrelétrico nacional pelo mesmo preço praticado na importação? Se não, por que deveria aceitar o fornecimento de um estrangeiro nestes valores e por que não incentivar os empreendimentos nacionais, pelo mesmo valor? Favor detalhar a resposta.
11. Quais são os números dos impactos econômicos negativos diretos e indiretos de substituir a geração nacional pela energia importada? Em qual medida empresas brasileiras e a cadeia de suprimento nacional serão prejudicadas ou terão suas receitas reduzidas? Em qual medida será a perda de arrecadação da União, Estados e Municípios com a importação? Como empresas e poder público serão recompensados? Esses impactos econômicos negativos foram considerados na tomada de decisão do suposto benefício econômico para retomada da importação?
12. Por que não foi autorizada também a exportação de energia elétrica brasileira à Venezuela, em benefício das empresas e dos consumidores brasileiros, visto que não há risco de suprimento energético do lado brasileiro, bem como há diversas usinas termelétricas em Roraima disponíveis que poderiam gerar energia excedente em momentos em que os consumidores brasileiros não estão consumindo?
13. Considerando os diversos anos de problemas de fornecimento por parte da Venezuela, que levaram a suspensão da importação pelo Brasil, tendo atingido 85 apagões em um ano⁶, considerando que a crise energética na naquele país apenas se agravou nos anos recentes⁷, como o MME justifica tecnicamente a retomada de importação de energia da Venezuela em suposto benefício da segurança energética do Brasil?

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/04/12/brasil-nao-tem-avaliacao-se-venezuela-vai-voltar-a-fornecer-energia-para-roraima-diz-ministro.ghtml>. Acessado em: 03 abr.2025.

⁷ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/crise-energetica-leva-venezuela-a-diminuir-jornada-de-funcionarios-publicos/>. Acessado em: 03 abr.2025.

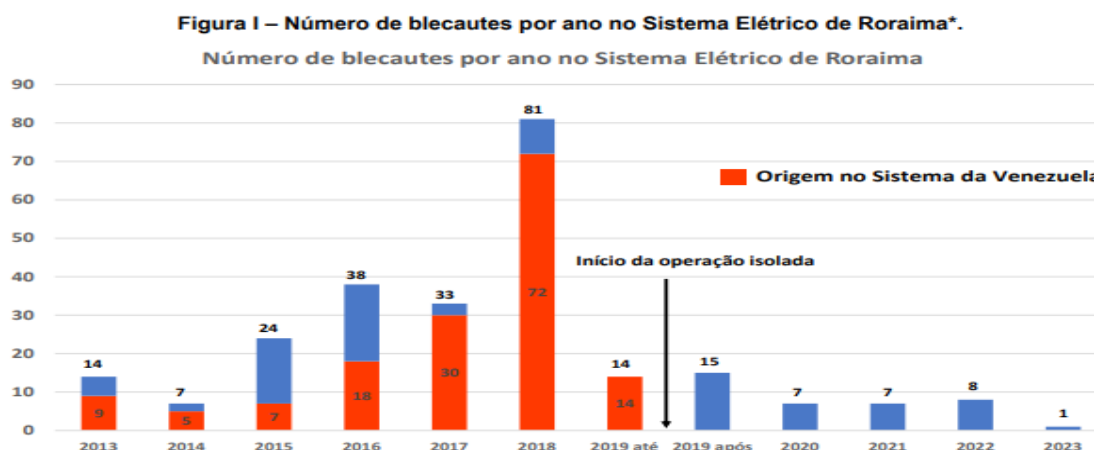




JUSTIFICAÇÃO

O objetivo dessa proposição é solicitar informações e esclarecimentos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre a tomada decisão de retomar a importação de energia elétrica da Venezuela e seus fundamentos e justificativas técnicas.

A importação de energia da Venezuela pelo Brasil foi interrompida em 2019, devido a péssima qualidade do fornecimento pela Venezuela e por atritos diplomáticos entre os governos. Veja-se:



Fonte: ONS⁸

A decisão do atual Governo Federal chamou atenção da população brasileira e gerou perplexidade, já que atualmente os brasileiros suportam custos elevados de energia elétrica e problemas de fornecimento, especialmente no estado de Roraima, ao passo que a Venezuela não é um referencial de boas práticas e de boa parceria para estabelecer relações comerciais, especialmente para um bem essencial como a energia elétrica.

Como poderia a Venezuela, vivenciando crise energética, ajudar o Brasil a ser autossuficiente? A Venezuela, em profunda crise há vários anos, promete entregar ao Brasil energia com uma qualidade que nem mesmo entrega para seus cidadãos, contudo, a preços extremamente elevados para os

⁸ Disponível em: <https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros>. Acessado em: 08 abr. 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL DR. FREDERICO

Apresentação: 10/04/2025 12:20:11.943 - Mesa

RIC n.1219/2025

consumidores brasileiros, muito superiores aos pagos pelos venezuelanos. Ainda assim, por motivos ainda não devidamente esclarecidos, o atual Governo brasileiro decidiu tomar a medida da importação, em detrimento da realização de ações de melhoria dentro do território nacional, conforme amplamente noticiado nos veículos de comunicação.

As chances de a Venezuela fornecer energia de qualidade e/ou cumprir suas obrigações frente ao Brasil são, salvo melhor juízo, extremamente baixas. Além de já dever dezena de bilhões de reais ao Brasil, com baixa probabilidade de serem pagos, a situação venezuelana é crítica internamente, a ponto de gerar uma diáspora de venezuelanos pelo mundo que fogem da fome, da violência e da hiperinflação existentes no país. Somente em nosso país vivem 262,5 mil imigrantes venezuelanos, segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Dessa feita, considerando a atribuição constitucional do Poder Legislativo quanto à fiscalização dos atos do executivo, e com base nos fundamentos apresentados, solicito que seja requerido ao Ministério de Minas e Energia as informações havidas nesta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado DR. FREDERICO
PRD/MG

